

Ministérios atrasam entrega de orçamento

LAÉRCIO SILVA

BRASÍLIA — O prazo determinado pela Secretaria Nacional de Planejamento para que os Ministérios encaminhem sua programação orçamentária de 1992 esgotou-se na semana passada e não foi cumprido por nenhuma das pastas. Agora, o Departamento de Orçamento da União corre contra o tempo para elaborar o Orçamento de 1992 e encaminhá-lo ao Congresso até o próximo dia 31, como determina a Constituição. Novo prazo, que vencerá amanhã, foi dado para os Ministérios.

O problema comum a todas as pastas para concluir a programação dos gastos está na restrição da receita para o ano que vem. Ao definir as despesas, cada Ministério precisa respeitar os limites impostos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, que está bem rigorosa. Um exemplo são os gastos com custeio, que obedecerão ao limite máximo equivalente a 80% do valor de 1990, atualizado pelo Índice Geral de Preços (IGP).

Até o final do mês a equipe do Departamento de Orçamento estará trabalhando em tempo integral na mensagem que acompanhará o Orçamento. O mais certo é que seja feita uma mensagem preliminar, para cumprir o prazo especificado na Constituição. Depois o Executivo enviará informações complementares, para que a Comissão Mista do Congresso tenha dados suficientes para aprovar o projeto.

O aperto nas diretrizes para o Orçamento de 1992 levou os Ministérios a extrapolar na pro-

Cruza

O TOM dramático sublinha as declarações do Secretário Nacional de Planejamento, Pedro Parente, sobre o estado das finanças da União.

O GOVERNO federal está sem recursos para nada e vai arrecadar apenas para sobreviver na UTI. A política de cortes e gastos exigida do setor público é suicida. Chegamos a um extremo em que o Governo, tal como quem usa uma bicicleta ergonômica, pedala, pedala, mas não sai do lugar.

SEM dúvida foi, até aqui, a mais crua exposição das dificuldades e limitações financeiras da União, partida de uma autoridade econômica de Brasília. Crua na retórica, mas sobretudo nos números.

OUTRA autoridade econômica poderá modificar a retórica dramática do Secretário de Planejamento. Mas o que fazer com números?

gramação das despesas, justificando que muitas prioridades da pasta não poderão ser contempladas. Como não há recursos suficientes para atender a essas demandas, o Departamento ficará encarregado de refazer parte das contas dos Ministérios. A Lei de Diretrizes Orçamentárias determina que receitas e despesas serão orçadas de acordo com os preços vigentes em abril deste ano, corrigidos pelo valor médio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).